O BRASIL NO MUNDO HISPÂNICO

José Pedro Galvão de Sousa

O BRASIL NO MUNDO HISPÂNICO

Conferência proferida no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, sob o patrocínio do mesmo Instituto e da Casa de Cervantes, a 28 de abril de 1960.

SÃO PAULO

1962

Para

ALEXANDRA,

recordando nossa peregrinação ao Escorial.

I

PROÊMIO

A aproximação cada vez maior dos povos, favorecida nos dias de hoje pelo grande aperfeiçoamento alcançado nos meios de comunicação e de transporte, vai despertando, no mundo das relações internacionais, o sentido de *comunidade*, que tanto importa fomentar entre os homens, para superar definitivamente o individualismo anti-social sem cair no comunismo aniquilador da personalidade.

Sem os ressaibos imperialistas do pangermanismo, anterior à última guerra mundial, e do paneslavismo, que serve ainda de instrumento à Rússia soviética em sua dominação exercida sôbre os povos da Europa ocidental, vemos como se constituem, na atualidade, comunidades de nações com base em vínculos de natureza econômica, política, militar ou cultural.

Alguns povos se unem para a utilização da energia atômica, outros para estabelecer um mercado comum, outros enfim para formar uma espécie de super-Estado, sem falar nas alianças militares defensivas, que têm sido de tôdas as épocas na história.

Tais são os casos, por exemplo, da Comunidade européia do carvão e do aço, da EURATOM, da Organização dos Estados Americanos, da Liga Árabe, e da comunidade ensaiada entre os povos asiáticos a partir da memorável Conferência de Bandung.

Tudo indica que novas formas de organização política estão para surgir, não só no concernente à estruturação da sociedade internacional, mas até mesmo quanto ao regime interno dos Estados, atingido por essas novas tendências da política exterior.

Os povos atuam no cenário mundial em função da geopolítica, dos interêsses econômicos, de tradições culturais a preservar e da própria segurança nacional.

Sem se atender a todos êstes elementos, não é possível traçar uma diretriz à política externa de qualquer nação, nem tão pouco assegurar o desenvolvimento de tôdas as suas virtualidades e energias, quer na ordem material, quer na espiritual, compreendendo-se aqui não só os recursos da terra mas sobretudo os valores humanos.

Há poucos anos publicava-se entre nós um pequeno ensaio com o título *Um programa de política exterior para o Brasil*, de autoria de Renato Castelo Branco. Com lucidez, o autor apontava, para fundamentos da nossa política exterior, estas três grandes constantes da vida nacional: "nossa filiação cultural e histórica ao grupo latino; nossa dependência militar e econômica do grupo anglo-saxão; nossa situação geográfica e social de país sul-americano".

E diante dêsses "condutos de nossa história no passado", que devem ser "as pedras basilares de uma política internacional realista, para o Brasil", ponderava:

"Filiados pela língua, pela raça, pelos característicos culturais e pelas tradições, ao mundo latino, não poderíamos nos distanciar dos povos a que nos prendem tantas afinidades, sem violentarmos nosso próprio corpo social, alterando-o em sua fisionomia cultural e em seus característicos nacionais mais peculiares. É nossa constante histórico-cultural.

"Dependentes da economia norte-americana e inglêsa, dependentes de seus financiamentos para o desenvolvimento de nossas riquezas naturais e de seu poderio militar e marítimo para nossa própria defesa, não poderíamos, sem graves riscos, prescindir da cooperação futura dos anglo-saxões. É nossa constante econômico-militar.

"Localizados na América do Sul, onde se estendem nossas raízes geográficas, vinculados aos seus povos por interêsses de tôda ordem, amalgamados ao futuro por laços indissolúveis, não poderíamos negligenciar nossas relações com essas nações vizinhas sem abdicarmos de nós mesmos. É nossa constante geográfica".[1]

Bem semelhante é a posição do Brasil à dos povos irmãos do continente, de origem espanhola. Formamos todos um bloco de nações colocadas, pelas circunstâncias atuais do mundo, em face dessas dependências, às quais se refere o autor, com relação aos povos anglo-saxônios, pelo que diz respeito ao poderio militar e ao desenvolvimento econômico. Neste sentido, os Estados Unidos, sobretudo depois das viagens de Nixon e do Presidente Eisenhower aos países hispano-americanos, parece que começam a compreender como retificar a sua política exterior com vistas a tornar possível e efetiva a colaboração requerida por tais dependências.

Mas formamos principalmente uma comunidade de nações vinculadas pelas afinidades históricas e por certas peculiaridades oriundas do legado que recebemos de Portugal e Espanha, enriquecido com novos elementos autóctones e adventícios.

---

(1) RENATO CASTELO BRANCO. *Um programa de política exterior para o Brasil*, Editôra Brasiliense, São Paulo, 1945, pág. 31.

Trata-se de um grupo de nações que se destaca da latinidade para, no mundo latino, constituir o bloco bem definido e diferenciado dos povos hispânicos, aos quais vêm unir-se as províncias portuguêsas do Ultramar, com os vastos territórios de Angola e Moçambique, bem como, no extremo da Ásia, as Filipinas.

Dada a significação que assumem hoje os povos asiáticos e africanos, entrando decisivamente no terreno das grandes decisões históricas, bem se pode avaliar por aí o alcance, no plano da política mundial, de uma ação devidamente conjugada da comunidade hispânica, uma vez estruturada jurìdicamente entre seus povos a solidariedade decorrente da formação histórica e dos ideais comuns.

Isso não quer dizer evidentemente que as nações hispânicas devam chegar a constituir um super-Estado. O objetivo a alcançar não é a supressão das soberanias nacionais, mas sim a cooperação efetiva daqueles povos numa emprêsa de dimensões universais, mantendo-se os traços peculiares desta comunidade imensa, espalhada por várias partes do globo, e reforçando-se a consciência da origem histórica de tais povos, a sua maneira de ser e a sua unidade espiritual. O que, se não chega a ser um super-Estado, é mais do que uma simples aliança ou um concêrto de nações motivado por razões transitórias e meramente políticas ou econômicas.

Em se tratando da organização dos Estados europeus, não obstante a diferenciação tão profunda que os separa, houve quem pensasse na fórmula dos "Estados Unidos da Europa", ou mesmo da "Nação-Europa", com a tendência para absorver num só todo as diversas soberanias. Uma semelhante utopia não cabe nem mesmo entre nações tão próximas entre si pela formação histórica e espiritual, como são as nações hispano-america-

nas, ou de um modo geral os povos herdeiros da cultura lusa e espanhola no mundo todo.

Se o problema excede os limites de uma simples organização internacional — do feitio da O.N.U. ou da O.E.A. — êle também não consiste em chegar a uma nacionalidade hispânica que representasse a fusão das várias nacionalidades existentes no mundo hispânico. Não se trata de uma nova estrutura nacional, nem de uma organização internacional, mas de uma comunidade supranacional, aliás radicada na história e cuja vitalidade se tem demonstrado na assimilação de outros grupos étnicos e no transplante de um estilo de vida próprio e determinadas instituições para meios ambientes tão diversos entre si.

Cumpre, acima de tudo, valorizar os elementos dessa tradição de cultura, preservá-los em face do tecnicismo e do cosmopolitismo niveladores da época, e firmar os laços de uma solidariedade resultante da mesma Fé, de uma comum concepção da vida, de duas línguas afins e de sentimentos estéticos semelhantes.

Um exemplo do que deve ser essa política de natureza comunitária, a ser posta em prática pelos Estados em que se corporificam tais nações, está no Tratado de Amizade e Consulta concluído entre os governos português e brasileiro, o qual, independentemente de já ser ou não uma realidade, pelo menos nos mostra uma diretriz certa a seguir para tornar efetiva a formação do bloco de caráter supranacional a que devemos tender.

Referido acôrdo, tendo em vista o tratamento especial de portuguêses no Brasil e de brasileiros em Portugal, bem como "os meios de desenvolver o progresso, a harmonia e o prestígio da Comunidade Luso-Brasileira no Mundo" — melhor se diria a Comunidade Lusíada — fixa uma inovação de grande importância, a saber, a consulta obrigatória, entre as Altas Partes Contratantes,

sôbre "os problemas internacionais de seu manifesto interêsse comum".

Em seguida a êsse instrumento político destinado a consolidar os princípios que regem a Comunidade Lusíada, temos visto sucederem-se numerosos acôrdos econômicos entre o Brasil e povos vizinhos da América hispânica no sentido de se chegar a um mercado comum. E como sugere o boliviano Julio Oroza Daza, em artigo publicado no *Digesto Econômico*, a meta a que devemos aspirar, com vistas ao nosso desenvolvimento econômico e financeiro, é a uniformidade monetária, meio para facilitar as nossas mútuas relações comerciais e deixarmos de ser eternos pedintes dos senhores do dólar, sempre que se trate da chamada política desenvolvimentista.

No momento em que a sede do nosso govêrno é transferida do Rio de Janeiro para o planalto central, e quando para a "capital da esperança" se voltam as atenções do mundo inteiro, e de um modo especial a simpatia e o carinho das nações irmãs do mundo hispânico, o Brasil, mais do que nunca, precisa compenetrar-se da missão à qual é chamado em face da grande comunidade de povos de que faz parte. Queira Deus saibam os nossos homens de govêrno prosseguir na rota encetada pelo Tratado de Amizade e Consulta com Portugal, e dar todo o apôio aos intelectuais e aos homens da indústria e do comércio que se empenham por colocar a nação brasileira na vanguarda dessa comunidade.

Tendo o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, juntamente com a Casa de Cervantes, promovido uma série de conferências em tôrno de temas concernentes às relações entre Brasil e Espanha, nada mais oportuno, para finalizar o programa elaborado, do que algumas considerações a propósito do significado do mundo hispânico e do relevantíssimo papel aí reservado ao Brasil.

II

ESPANHA E PORTUGAL. HISPANISMO E LATINISMO

NO extremo ocidental do continente europeu, chegando até ao ponto mais avançado para o sul, projeta-se sôbre o oceano Atlântico a península que serve de imenso dique natural a conter as águas do Mediterrâ,-neo, e assim se situa entre os dois mares tão ìntimamente ligados à sorte da nossa civilização.

Duas nações perfeitamente definidas e històricamente irmanadas ocupam tôda essa área. Uma é Portugal, cujos limites atuais datam de época em que nenhuma das atuais nações européias tinha ainda os seus contornos fixados. Outra, a Espanha, produto da aglutinação de povos e reinos distintos, operada graças à fôrça absorvente, ao mesmo tempo telúrgica e espiritual, de Castela, a meseta central da península, com as suas lhanuras que lembram o infinito, e com a sua gente que despreza a vida para salvar a honra e só compreende o tempo em função da Eternidade.

Separa-as da Europa uma fronteira geográfica que é quase uma barreira intransponível. Em certos momentos, os Pirineus, com suas altas serranias e seus poderosos contrafortes, representam uma proteção aos povos peninsulares, adestrados nas guerrilhas e emboscadas favorecidas pelas condições topográficas.

Separa-as entre si a raia, bem diferente da fronteira, pois nem sempre é determinada por acidentes naturais, e êstes, quando existem, são tênues demarcações em confronto com a cordilheira pirináica. Raia é a expressão usada pelos portuguêses para designar os seus limites territoriais com a Espanha. Uma divisão em família, ao passo que a fronteira, ao norte, assinala os confins de dois mundos, que, em certos momentos, se tornam profundamente adversos um ao outro.

Ocupando a maior parte do espaço peninsular — a região superior, o centro e a costa do levante — acha-se a Espanha.

Terra de múltiplos e acentuados contrastes. As variantes do clima e dos aspectos naturais como que se refletem nos costumes e no caráter das populações. Sobrevoando Castela, temos a impressão de estar contemplando um panorama africano. E que diferença nos vergeis da Andaluzia! Quase a mesma oposição que se nota entre o colorido pardacento de Toledo, com os seus edifícios da côr do solo, e o verde poético dos prados galegos ou a brancura reluzente das casas gaditanas.

A orografia peninsular, de traços bem nítidos, e o clima, com as suas temperaturas extremas, coadunam-se com uma raça vigorosa, de personalidades fortes e temperamentos exaltados. É certo que o ser humano não é simplesmente um produto do meio, quer se trate do ambiente social, quer das condições geográficas. Mas nem por isso se deve negar a influência mesológica a atuar no seu físico e no seu psíquico. Toledo sugere logo El Greco, Sevilha faz compreender Murilo, Ávila evoca Santa Teresa. E porventura a lírica de São João da Cruz não ressumbra nos hortos granadinos, ou naquela paisagem luminosa que tem por moldura a Serra Nevada?

Contrastes na natureza, contrastes no homem. Que diferença entre um catalão e um andaluz, entre um castelhano e um galego, entre um estremenho e um vasco!

Desde os primitivos habitantes da península, os ligures, os iberos e os celtas, até aos invasores de procedência germânica, bérbere ou árabe, passando pelos colonizadores fenícios, gregos, cartagineses e romanos, elementos díspares entram na constituição étnica de um povo cuja sólida unidade, obra de séculos e de fatôres espirituais, chega a surpreender diante de tão heterogêneos componentes.

Os escritores da atormentada geração de 98, depois do desastre das armas espanholas em Cuba, que forçou a um exame de consciência nacional, põem diante de nós antinomias bem significativas.

Consideremos, por exemplo, a Silvino Poveda, personagem de Azorin, em quem o autor se retrata, às margens do Sena, na atmosféra húmida de Paris, entre suaves cambiantes, bem diversos da paisagem castelhana, desta paisagem que era motivo inesgotável de meditação para aquêles escritores.

Silvino Poveda lembra-se da Espanha, da sua "sêca Espanha". E coloca diante de nós certas oposições que, embora de um gênero diferente das imortalizadas por Eça de Queiroz nas páginas de *A Cidade e as Serras*, fazem pensar na figura do Jacinto, entre as seduções da capital francesa e os encantos da vida bucólica na terra de seus ancestrais.

Em meio às brumas de Paris, Silvino Poveda meditava. Sim, a Espanha era a sêca Espanha. Os franceses, com malícia, diziam que a Africa começa nos Pirineus. "Silvino Poveda continuava meditando. Afinal, a Espanha é Africa ou Europa? A questão o preocupava profundamente... Silvino Poveda, estudando-se a si

mesmo, sentia-se africano. E é claro que não o dizia a ninguém. Porém era africano enquanto bom alicantino, por seu silêncio, por seu gôsto da imobilidade, por seus jantares sóbrios, por seu gôzo do momento presente, por seu ódio ao maquinismo, à superstição da ciência e ao mentiroso progresso incessante do gênero humano".

Unamuno a princípio rebela-se contra a Inquisição, que preservou a cultura tradicional da Espanha, vendo nela um instrumento de isolamento, como realmente o foi, mas para salvar a unidade espiritual de um povo. Lamenta, porém, D. Miguel de Unamuno êsse isolacionismo, e que não se tenha introduzido em sua terra a multiplicidade de seitas dos países atingidos pelo protestantismo. Chega ao ponto de fazer decorrer daí a miséria mental da Espanha, e afirma rotundamente: "A Espanha está por descobrir, e só os espanhóis europeizados a descobrirão"!...

Entretanto,, o mesmo autor que, ao coligir os seus *Ensayos*, confessa — "em muito mudei de parecer e de critério" — tendo escrito aquelas barbaridades ao discorrer sôbre *el marasmo actual de España*, volta a si mesmo, contrapondo às idéias européias modernas *nuestra vieja sabiduría africana*.

Vale a pena ouví-lo a respeito, nessas páginas curiosas *Sobre la europeización*: "depois de haver peregrinado por diversos campos da cultura européia, pergunto de mim para mim: "Sou europeu? Sou moderno?" E minha consciência me responde: "Não; não és europeu, isso que se chama ser europeu; não; não és moderno, isso que se chama ser moderno". E torno a perguntar a mim mesmo: "E isso de não te sentires nem europeu, nem moderno, porventura vem de seres espanhol? Somos os espanhóis, no fundo, irredutíveis à europeização? E no caso de o sermos, não temos salvação? Não há outra

vida senão a vida moderna e européia? Não há outra cultura, ou como se queira chamá-la?"

"Antes de tudo, e pelo que a mim me toca, devo confessar que quanto mais medito no assunto, mais descubro a íntima repugnância que meu espírito sente por tudo o que significa princípios diretivos do espírito europeu, pela ortodoxia científica de hoje, seus métodos, suas tendências".

Ao "europeu moderno" opõe o "africano antigo". Antigos e africanos foram Santo Agostinho e Tertuliano. Mencionados êstes nomes, pergunta Unamuno: por que não havemos de nos africanizar à antiga?

À ciência contrapõe a sabedoria, e à vida a morte. Fôrçando as antinomias, diz: "a ciência tira a sabedoria aos homens e os converte nuns fantasmas carregados de conhecimentos". O objeto da ciência é a vida, e o objeto da sabedoria é a morte. A ciência parte de que se deve viver, e procura os meios de prolongar, acrescentar, facilitar a tornar mais agradável a vida. A sabedoria lembra que se deve morrer, e nos indica os meios de nos prepararmos para morrer bem.

Outro vulto bem representativo da geração de 98, e amigo de Unamuno, Pio Baroja, dizia que a Espanha é um país com o seu solo pedrento, queimado pelo sol e gelado no inverno. Mas, pergunta Unamuno, não vale a pena renunciar a vida agradável dos países de clima doce, terreno fértil e rios transparentes para respirar o espírito que pode produzir um Cervantes, um Velázquez, um Greco, um Goya?

Segundo Baroja, os espanhóis não podem ser frívolos nem joviais, ao que retruca D. Miguel: "E para mim, uma das coisas mais tristes da Espanha seria que nós, espanhóis, pudessemos tornar-nos frívolos e joviais. Então deixaríamos de ser espanhóis, para não sermos nem se-

quer europeus. Então teríamos que renunciar ao nosso verdadeiro consolo e à nossa verdadeira glória, que consiste em não podermos ser frívolos nem joviais. Então poderíamos repetir em côro tôdas as insubstâncialidades de todos os manuais científicos, porém ficaríamos incapacitados para entrar na sabedoria. Então teríamos acaso melhores vinhos, vinhos mais refinados, azeite menos áspero, melhores ostras; porém teríamos de renunciar à possibilidade de um novo *Quixote* ou de um Velázquez e, sobretudo e antes de tudo, à possibilidade de um novo São João da Cruz, de um novo Frei Diogo de Estella, de uma nova Santa Teresa de Jesus, de um novo Inácio de Loiola..."

Ainda Baroja: "Triste país onde por tôda parte e em tôdas as povoações se vive pensando em tudo, menos na vida." E de novo o seu contraditor: "Desgraçados países, êsses países europeus modernos em que não se vive pensando senão na vida! Desgraçados países, os países em que não se pensa contìnuamente na morte, e em que deixa de ser norma diretora da vida o pensamento de que todos temos um dia de perdê-la"[2]

Homem dos contrastes, o espanhol é triste, mas ninguém o excede no humorismo das suas *bromas* e na alegria ruidosa e inocente dos festejos populares. Não falo já da Andaluzia com os seus bailados ao som das castanholas, mas lembro certas regiões nortenhas, onde o povo é, por via de regra, taciturno e recolhido. Pense-se, por exemplo, na exuberância daquela algazarra de oito dias a fio com que os navarros de Pamplona comemoram o *San Fermín*. Quem conviveu com os espanhóis, na intimidade, bem sabe o que são aquêles jantares intermináveis, pretextos para encontros de amigos ou reuniões

---

(2) MIGUEL DE UNAMUNO, *Sobre la europeización* (Dezembro de 1906).

políticas, em meio a *charlas* animadas e tão divertidas. O que não há, por certo, é uma jovialidade frívola. Em tudo é forte e sério o espanhol, até no alegrar-se e no fazer espírito.

Muitas antíteses se poderiam catalogar: geográficas, históricas, étnicas, culturais. Espanha européia e africana, romana e visigótica, castiça e árabe, ortodoxa e herética, cristã e muçulmana, clássica e romântica, tradicionalista e liberal, monárquica e republicana, nacionalista e vermelha...

Daí não se deve inferir que fundamentalmente haja duas Espanhas, na oposição dramática realçada por Maragall; num contínuo choque de extremismos inconciliáveis, como as quis caracterizar Fidelino de Figueiredo; nessa dissociação espiritual considerada por Rafael Altamira fato capitalíssimo da história espanhola; no perpétuo antagonismo Dom Quixote-Sancho, segundo Salvador de Madariaga.

O que existe, efetivamente, são várias Espanhas, e estas variedades se projetam e multiplicam por tôdas as partes do mundo até onde chega o gênio civilizador espanhol, na imensidão das Américas, fundindo-se com as raças aborígenes, ou nas longínquas Filipinas, fazendo surgir, em plena Ásia, uma nacionalidade com cultura do tipo ocidental, proeza jamais lograda por qualquer nação européia.

Sem dúvida, no sentido das lutas ideológicas do nosso tempo, duas Espanhas se defrontam, bem diferenciadas e tremendamente lógicas nos seus extremismos. As fôrças da Tradição e da Revolução ganham, entre os espanhóis, um realce e uma nitidez que os faz anteciparem-se às mais decisivas questões da nossa civilização em crise. Mas o que sobretudo importa, para compreender a psicologia de um povo tão exuberante, as suas

manifestações coletivas, a riqueza do seu folclore, é ter presente aquela complexidade de aspectos, cuja interpretação é impossível por via de esquemas e paralelismos rígidos.

Veja-se, por exemplo, a tentativa de definir o caráter espanhol pelo senequismo, isto é, pela passividade e resistência ante os sofrimentos e as adversidades. Nascido em Córdova, Sêneca deixou uma obra que muito se aproxima da moral cristã, mas é sobretudo a expressão mais acabada do estoicismo dominante na filosofia romana de sua época. Ora, o estoicismo, por mais que, em certos casos, como neste que consideramos, tenha servido para preparar os espíritos a receberem a mensagem de Cristo, o estoicismo prèga a total indiferença do sábio ante as paixões, banidas da moral e consideradas obstáculos à serenidade imperturbável proposta como ideal de perfeição. Entretanto, haverá povo mais passional do que o espanhol?

Seria errado caracterizar êsse povo pela dureza e austeridade, a ponto de excluir a ternura e a meiguice. Sua profunda religiosidade coexiste singularmente com manifestações sensuais, e é difícil dizer qual a nota predominante no catolicismo espanhol: se a ascética, ou se a mística. Seu sentido aristocrático da vida harmoniza-se admiràvelmente com tradições genuìnamente democráticas, no melhor significado que estas podem ter, como expressão de costumes políticos fundados no respeito às liberdades populares. Seu individualismo acentuadíssimo não obsta às manifestações de cunho comunitário, nem impede a entrega total, até ao martírio, às grandes causas tocantes à Igreja e à Pátria.

"Meu Deus! Que é a Espanha?", pergunta atônito um professor alemão, em palavras que servem de epígrafe a Rafael Altamira, no prólogo do seu livro *Los elemen-*

tos de la civilización y del caracter español. A mesma interrogação fazia a si mesmo Ortega y Gasset ainda jovem, sem ter conseguido respondê-la ao terminar seus dias de peregrinação terrena e de labores intelectuais europeizantes.

E outro autor germânico faz ver que a Espanha é um país enigmático, por isso quem a conhece não arrisca uma definição.[3]

Juízos apressados têm sido feitos sôbre a Espanha. Muitas e muitas vêzes injustos. Em tôrno da Espanha criou-se a lenda negra. Nenhum país foi vítima de tantas injúrias, nenhum povo foi mais caluniado, nenhuma história mais desfigurada. Bem a propósito alguém lhe aplicou o dito de Bacon sôbre a religião: pouca ciência afasta de Deus, muita ciência a Êle conduz. Atacam ou desprezam a Espanha, os que a conhecem pouco, os que a conhecem mal. Quanto melhor a vamos conhecendo, mais e mais nos tornamos seus afeiçoados, a ponto de terminarmos por amá-la apaixonadamente... como se fôssemos apaixonados espanhóis.

A menos que, percebendo tudo aquilo que a Espanha, na sua essência histórica, significa, alguém a repudie justamente por repudiar os valores que ela incarna. Foi o caso dos protestantes, criando a lenda negra, e dos liberais no século passado, continuando a propagá-la. É o que se passa hoje com os comunistas, os socialistas em geral e todos aquêles que não se conformam em ver, no século XX, uma nação, fiel à unidade católica, a sus-

(3) *Spanien ist ein ratselhaftes Land, und die es kennen, wagen keine Formel mehr* (WERNER BEINHAUER, *Der spanische Nationalcharakter*, apud HEINRICH LUTZELER, *Die Kunst der Volker*, Verlag Herder, Friburgo, 1950, pág. 321). *España, un enigma histórico* é o título dos dois alentados volumes de CLAUDIO SANCHEZ-ALBORNOZ, dados à luz em Buenos Aires em 1956 (Editorial Sudamericana).

tentar perante o mundo os ideais da Cristandade medieval.

Compreende-se, assim, que o nome da Espanha não possa ser pronunciado com indiferença, salvo por quem seja de todo alheio à realidade significada. Dá-se o mesmo que com Roma, nome de mistério, no dizer de Louis Veuillot, jamais proferido sem ódio ou amor.[4]

Compreende-se também, por essas e outras razões, a atração exercida pela Espanha sôbre estrangeiros, como não se verifica, talvez, com nenhum outro país. O americano Washington Irving deixa a diplomacia e fica para sempre em Granada, a escrever os contos do Alhambra. Anos mais tarde, seu compatriota William Thomas Walsh arrebata-se ante as figuras de Felipe II e Santa Teresa. O inglês Windham Lewis sente como um autêntico espanhol a personalidade e a obra de Carlos V. Ludwig Pfandl escreve em Munich sôbre o século de ouro páginas que não dissimulam o seu entusiasmo pela tarefa histórica da Espanha. O francês Maurice Legendre, após haver penetrado como poucos no sentido mais profundo da história da Espanha, engrandece-a com fervor, na mesma rota dos seus patrícios Louis Bertrand e Maurice Barrés, para o qual, ao contrário do Baroja enamorado pela França, em nenhuma parte do mundo a vida tem

---

(4) *Rome! nom de mystère. Dès que ce nom s'est elevé sur les nations, nulle voix ne l'a prononcé sans haine ou sans amour, et l'on ne sait qui l'a emporté de l'ardeur de la haine ou de l'ardeur de l'amour. Quand la vanité de l'esprit moderne se targue de tout concilier, la haine et l'amour poursuivent leur vieux combat, plus âpre que jamais.* São as primeiras palavras de LOUIS VEUILLOT em seu admirável *Le parfum de Rome.* Perante a Espanha intransigente cessam também tôdas as transigências e conciliações. Cala-se o espírito moderno, com a sua vaidade, e neste caso, no domínio das valorações éticas, dá-se o contrário do que diz Werner Beinhauer do ponto de vista da análise caracterológica: impõe-se uma definição — pró ou contra!

mais sabor do que na Espanha. E porventura não foi um grego de nascimento, o imortal cretense Domenikos Theotokopulos, o mais espanhol dos pintores do seu tempo e talvez o mais simbólico dos pintores espanhóis?

Em face dessa Espanha cheia de encantos e mistérios, tão incompreendida e ignorada, está Portugal. "Uma gente fortíssima de Espanha", na linguagem dos *Lusíadas*. E já Estrabão, chamava aos lusitanos "a mais poderosa das nações ibéricas, e que, entre tôdas, por mais tempo deteve as armas romanas".

Os portuguêses também muitas vêzes não compreenderam a Espanha. Foi o que se passou, por exemplo, com um grande espírito de lusitanidade, pensador político e poeta, arauto de um Portugal restaurado e engrandecido pela consciência das suas tradições: Antônio Sardinha.

Mas um dia o exílio levou o poeta ao coração de Castela. Em Toledo sentiu o palpitar da velha Espanha e descobriu uma Espanha nova para êle.

Pôs-se então o cantar a "Castela-Mãe, Castela da Conquista... Castela agora das colheitas!"

Castela, no crepúsculo inflamado,
irmã da grande terra alentejana
no mesmo sentimento do Infinito,
quando te vejo o agreste descampado,
se a ânsia da minh'alma não se engana,
sou eu que me desdobro e me repito.

Ouçamo-lo nestas páginas de confissão:

"Quando eu vim para o exílio trazia contra a Espanha todos os preconceitos da minha inteligência e da minha sensibilidade... no exílio, cheio de preconceitos sentimentais e intelectuais, o meu nacionalismo se for-

tificou e esclareceu, ao contacto da mentalidade espanhola, da que é deveras representativa da Espanha, ao mesmo tempo que uma outra noção de "hispanismo" o desdobrava e completava, pela idéia de solidariedade social e espiritual necessária, como pão para a bôca, ao prestígio e à vitalidade externa de ambas as pátrias. E eu que envolvera em tantas tiradas de ódio melodramático a Espanha do planalto, a Espanha da conquista, imaginando-a imperialista e agressora, não tardei a sentir, com Almeida Garret e com Oliveira Martins, a fascinação antiga da Grande Madre, aleivosamente difamada. Foi em pleno coração de Castela que as fontes ocultas do meu ser me testemunharam a presença eterna de uma comunhão de origens e de fins que, para desgraça nossa, desde que adormeceu na cinza das coisas mortas, nos levou consigo a única possibilidade de novamente, pela dilatação da Fé e do Império, Portugal desempenhar no mundo a sua alta missão civilizadora".

E ainda, sublinhando a mesma idéia: "vim descobrir a Espanha. É a Espanha-Madre — são as "Espanhas" das inscrições clássicas e dos roteiros primitivos. Tanto é Castela como Aragão, tanto é Portugal como Navarra, senti-a como uma realidade viva num dia amargo de saudade, à sombra da catedral de Toledo. Só então eu entendi porque um dos mais portuguêses dos nossos poeta, o bom avô Garret — exclamava no seu *Camões*, se bem me recordo: — "espanhóis somos, e de espanhóis nos devemos prezar todos os que habitamos a Península Ibérica". É a unidade, não da raça nem da terra no seu significado imediato, mas a unidade cultural e social do elevado destino que Portugal e Castela nobremente conseguiram no Universo, dilatando com a Fé e o Império o mesmo ideal superior da civilização. Permitisse Deus que a êle tornássemos outra vez! E a aspiração fictícia e pagã do "latinismo" cederia à voz mais genuína e mais

exata do "peninsularismo", sôbre o qual a sociedade internacional se poderá reconstituir pelo católico e comum império das duas nações, evangelizadoras de povos e semeadoras de nacionalidade".[5]

Assim preconizava Sardinha a "Aliança peninsular", opondo-se à tentativa aliás malograda da "união ibérica", de procedência maçônica, que repudiara a tradição católica e monárquica das duas pátrias, além de lhes contestar a legítima soberania política firmada através da história. Portugal e Espanha deveriam continuar como nações independentes, mas unidas pelo supernacionalismo hispânico, a abranger também as numerosas nacionalidades semeadas por aquêles dois povos no resto do mundo. Tal era o pensamento de Antônio Sardinha, sonhando com a transformação do Atlântico num autêntico *mare nostrum*, em que nós, hispanos da América, isto é, brasileiros e espano-americanos, pudéssemos chegar a constituir uma grande comunidade de povos unidos pela mesma cultura, pelos mesmos ideais, pelos mesmos interêsses na ordem do direito das gentes e representando a máxima afirmação da catolicidade no mundo.

Hispanismo é bem a palavra adequada, segundo a designação da península desde remotíssimos tempos, com os diferentes povos que a habitavam abrangidos no têrmo *Spania*. O adjetivo "hispânico" refere-se a todos êsses povos, entre os quais os iberos. O vocábulo "ibérico" é, pois, de significação mais restrita, prestando-se, além do mais, a renovar os equívocos suscitados pelo iberismo, que liberais e socialistas apregoavam, em fins do século passado, num contraste flagrante com a tradição das Espanhas.

---

(5) ANTONIO SARDINHA, *À lareira de Castela,* primeiro artigo reunido neste volume, datado de 1919 e com o título "A descoberta da Espanha". Os versos antes citados são de *Na Côrte da Saudade.*

Da mesma forma, à expressão *ibero-americanismo*, ainda usada, deve preferir-se, por motivo de precisão na linguagem, *hispano-americanismo*, que alguns, errôneamente, limitam à América espanhola. Na verdade, a América hispânica inclui os países da América espanhola — digamos espano-americanos — e o Brasil. Hispanos somos também nós, brasileiros, por sermos descendentes dos hispanos portuguêses, e esta denominação, que corresponde à realidade da nossa formação racial e histórica, está hoje consagrada.[6]

Por outro lado, "hispânico" é têrmo de maior compreensão lógica do que "latino", pois as nações hispânicas representam uma parcela da latinidade e incluem muitos elementos não latinos. No gênio hispânico — dizia Antônio Sardinha — ajuntam-se o Oriente e o Ocidente, num consórcio enriquecido pelo elemento africano. Gênio predestinado para a síntese, reunindo grande parte das Américas e recebendo a contribuição asiática das Filipinas. A *síntesis viviente* de que nos fala o eminente pensador peruano Victor Andrés Belaunde.

---

(6) Empregam a expressão, com referência ao Brasil, entre outros, Gilberto Freyre e Bento Munhoz da Rocha, êste último no seu ensaio *Uma interpretação das Américas* (Livraria José Olympio).

III

O SENTIDO DO MUNDO HISPÂNICO

SÍNTESE de continentes, de raças, de culturas.

Pelo que ensinam os geólogos e segundo as hipóteses mais plausíveis concernentes à formação da bacia mediterrânea e do oceano Atlântico, surge a península ibérica como autêntica Euráfrica. A etnografia parece confirmá-lo, acusando nos iberos povos vindos do norte da Africa antes dos mouros. E se muitas coisas atribuídas aos árabes pertencem originàriamente aos espanhóis — como o "arco de ferradura" já existente nas igrejas ao tempo dos godos, ou o canto do *flamenco* e os bailados andaluzes provenientes dos primitivos habitantes de Tartesos — o fato é que o traço de semelhantes cousas na região marroquina tem servido de base aos historiadores para aí indicarem uma herança comum a espanhóis de um e de outro lado do estreito de Gibraltar.

A verdade é que as Espanhas representam um ponto de interseção entre vários mundos. Não se trata apenas da conjugação do europeu com o africano. Cadinho de raças e culturas; cenário do teatro grego, do circo romano, dos torneios medievais, das touradas de todos os tempos; palco dos autos de Calderón e auditório de Mestre Francisco de Vitória; céu estrelado das investigações do Infante D. Henrique para juntar "o Levante

com o Poente"; campo das correrias do Cid e das bravuras de Zumalacárregui, das descrições de Azorín e das rimas de Gabriel y Galán... tudo isso é a península hispânica.

Dos píncaros nevados aos bosques floridos, dos cálamos que lembram a Palestina aos pomares de frutas tropicais, tudo aí parece falar em linguagens de síntese e universalidade, como que formando o quadro natural do tão complexo temperamento dos seus homens. No perpassar do mundo antigo, do medievo e dos tempos modernos, essa região do orbe tinha realmente "de destinar-se, quando não por outros motivos, pelos geográficos, a centro de criação, expansão e defesa de tudo quanto é ecumênico, tudo quanto tem caráter universal, humano e, por vocação, CATÓLICO".[7]

As variedades geográficas fundem-se nas harmonias da História. Castela e Leão, as Províncias Vascas e Navarra, Astúrias e Galiza, Aragão e Catalunha, Valência e Múrcia, os arquipélagos das Baleares e das Canárias, formam êsse conjunto de cuja unidade política se exclui Portugal, não sem permanecer na mesma linha de continuidade e significação histórica.

Coube a tais povos a missão de alargar as fronteiras do mundo civilizado e transmitir a novos mundos a herança da Cristandade. A fim de poderem realizar tão grandiosa tarefa, desde os primeiros tempos tiveram de lutar incessantemente para manter a sua unidade espiritual: contra o arianismo primeiro; depois contra os mouros, durante quasi oito séculos; e finalmente, na época moderna, contra a Revolução, vinda da Europa, e repelida nas guerras do Roussillón, da independência e

(7) E' o que bem observa ARLINDO VEIGA DOS SANTOS, em *Reconquista,* volume I, número 1, São Paulo, 1950, pág. 9.

da Constituição, nas campanhas carlistas e no *alzamiento* de 1936.[8]

É à luz de tal significação da história dos povos unificados por Castela, que podemos compreender o alcance da Inquisição espanhola. Felipe II ao seu tempo surge diante da revolta de Lutero como o campeão da Cristandade, empenhado em manter aquém dos Pirineus a unidade espiritual que a Europa perdera. Eis o mais profundo e vitorioso sentido da sua obra. O desastre da Invencível Armada, o despontar do domínio britânico sôbre os mares, o fracasso da sua política nos Países Baixos impediram ao grande Caluniado de completar essa obra, refazendo a unidade da Europa perdida após Carlos V, o último Imperador do Ocidente.

Compreende-se assim o contraste entre a Europa moderna protestantizada, dividida, prêsa fácil da Revolução, e as Espanhas unidas na linha da tradição católica. Precisamente com Felipe II, além desta unidade de cultura, chegou-se à unificação política da península. Portugal restaurou a sua independência na jornada gloriosa de 1640, continuando a seguir a mesma rota de tradição cultural. E não é em vão que portuguêses e espanhóis, como vimos de início, chamam de raia à linha divisória que os separa: a fronteira pròpriamente dita

---

(8) A história da guerra civil (1936-1939) está por ser escrita. Desfigurada pelos que a consideram um simples preparativo da guerra mundial ou um duelo entre comunismo e fascismo, foi na verdade uma guerra de libertação que salvou a Espanha e preservou a Europa do jugo moscovita. Ao povo espanhol, no século passado, vencedor dos exércitos de Napoleão, resta, até êste momento, a glória de ter sido o único a vencer o comunismo em campo de batalha. Os bolchevistas anunciaram que a Espanha seria o segundo país comunista do mundo, em seguida à Russia. E é bem de ver que se não fôsse o movimento de 1936, a península ibérica teria sido transformada numa cabeça de ponte para a dominação soviética estender-se fàcilmente por todo o continente europeu após a segunda guerra mundial.

está nos Pirineus, onde, se não é a Africa que termina, é a Europa que começa.

O que estamos dizendo não implica em negar que a cultura hispânica seja um ramo do tronco da cultura européia. Mas há um momento histórico em que os valores substanciais desta se desagregam, enquanto aquela, a cultura hispânica, continua a conservá-los, a defendê--los com intransigência e a implantá-los em novos continentes e em nacionalidades novas que vai formando.

Tais valores são os da Cristandade. Enquanto a Europa protestantizada e racionalista se submete a um processo de desagregação religiosa e política, Portugal e Espanha, na "dilatação da Fé e do Império", alargaram os horizontes da Cristandade, que se contrai no velho mundo. Tornam-se povos missionários, e, ao mesmo tempo em que a cultura européia se desintegra, a cultura hispânica — abrangendo o grande ramo da cultura lusíada no Brasil, ou seja a "civilização luso-tropical", segundo a expressão de Gilberto Freyre — floresce em terras distantes, portadora do legado da unidade católica até aos confins da Ásia e da América.

Assim os povos da península finistérrica da Europa, na sua vocação universalista, ecumênica, passam a constituir verdadeiramente o *finis terrae*.

Referindo-se à Europa moderna, Francisco Elías de Tejada, um dos que melhor têm sabido compreender e sentir o nosso tema, escreve: "o que começa nos Pirineus é o Ocidente pré-europeu, uma zona onde ainda alentam vestígios arraigadamente tenazes da Cristandade, que ali se refugiou depois de ter sido suplantada na França, Inglaterra ou Alemanha pela visão européia, secularizada e moderna das coisas".[9]

---

(9) FRANCISCO ELIAS DE TEJADA, *La Monarquia Tradicional*, Ediciones Rialp, S. A., Madrid, 1954, págs. 31 a 68: *La tradición de las Españas.*

E prosseguindo, faz ver que a Cristandade concebia o mundo como "agrupamento hierárquico de povos, entrelaçados segundo princípios orgânicos, subordinados aos astros de São Bernardo de Claraval, ao sol do Papado e à lua do Império". As heresias eram numerosas, mas passavam como nuvens e borrascas, sem alterar a quietude do céu teológico, e as lutas internas não conseguiam quebrar a fraternidade dos povos, sempre unidos na defesa e arremetidas contra o inimigo comum: as Cruzadas, a Reconquista.

Aquêle momento histórico, em que se dá a ruptura desta unidade e de um tal ordenamento hierárquico, é o período entre 1517, ano da publicação das teses de Lutero contra as indulgências, e 1648, quando são assinados os tratados de Westfália. Neste decurso de tempo aponta Elías de Tejada cinco rupturas sucessivas: a ruptura religiosa do protestantismo; a ruptura ética, na obra de Maquiavel; a política, através de Bodin, fornecendo os instrumentos teóricos para a justificação do absolutismo; a jurídica, depois de Grócio e Hobbes; e por fim a ruptura da comunidade orgânica das nações. Esta última se verificou ao findar da Guerra dos Trinta Anos, em Westfália, quando a *res publica christiana* foi reduzida ao mecanicismo dos Estados soberanos uns em face dos outros, regulando as suas contendas com os critérios contratualistas daí por diante adotados. Para o quadro ser completo resta mencionar a ruptura filosófica a partir de Descartes, traçando os caminhos da filosofia moderna, nos quais o marco plantado por Kant indicará o rompimento maior e definitivo.

A chamada paz de Augsburgo aplicara a regra *cuius regio eius religio* para solucionar as guerras civis de natureza religiosa. E aquêles tratados de 1648 consagravam um direito internacional baseado no sistema egoístico do

equilíbrio de potências, em lugar da ordem ecumênica das tradições da Cristandade. Era a moderna Europa, a surgir sob o signo revolucionário. E enquanto isso, Frei Francisco de Vitória, na cátedra de Salamanca, recolhia o patrimônio destas tradições e renovava o direito das gentes, inspirando-se no direito natural da escolástica, em declínio da Europa mas florescente na Espanha e em Portugal.

Dessa forma, a cultura hispânica retrucava à cultura européia desgarrada de suas fontes autênticas. Mas a resposta ia ser dada sobretudo pela Companhia de Jesus, fundada por Inácio de Loiola, e pela obra reformadora do Concílio de Trento, em que foi tão valiosa e decisiva a contribuição das Espanhas.

O humanismo da Renascença, que vinha transformar o clima espiritual dos tempos modernos, não teve na península ibérica aquêle cunho acentuadamente naturalista e neopagão que o caracterizou noutras partes. Seus elementos eram assimilados pela cultura católica, pujante no século de ouro, e que nas Américas espanhola e portuguêsa também ia absorvendo os elementos nativos aí encontrados. O barroco ficava sendo a réplica hispânica do classicismo.

Precisamos chegar ao século XVIII para vermos as idéias européias modernas, semeadoras da Revolução, penetrarem nas duas nações peninsulares. Isto se dava sob o patrocínio do "despotismo esclarecido", graças principalmente aos poderosos ministros Pombal, Floridablanca e Aranda.

A infiltração de tais idéias na formação das novas gerações explica o dissídio que no século seguinte vai operar-se entre o povo e as minorias dirigentes, estas com a mentalidade cada vez mais apartadas do sentir nacional, e aquêle, entranhadamente arraigado ao estilo

de vida e às crenças tradicionais. As elites aderiam à filosofia das luzes e ao liberalismo, enquanto o povo repudiava estas inovações, vindas do estrangeiro, sem poder entendê-las bem, mas percebendo, por uma espécie de intuição divinatória, o seu caráter ímpio. O Estado moderno "naturalista e secularizado", segundo a expressão de Werner Sombart, chocava-se com a maneira de ser dos povos hispânicos, substancialmente identificados à visão católica do mundo.

Só assim se podem compreender a guerra da independência e as guerras carlistas.

Naquela, o povo se levantava para expulsar não apenas o invasor, mas sobretudo o hereje, pois Napoleão, com a ponta das baionetas do seu exército, vinha implantando, por tôda parte, os princípios do liberalismo de 89. Enquanto êsse povo derrama o seu sangue em defesa da Espanha tradicional, os políticos de educação moderna, na retaguarda, aviam novas receitas constitucionais copiadas de fórmulas francesas. E é muito significativo que, poucos anos mais tarde, quando o Duque de Angoulême, à frente dos Cem Mil Filhos de S. Luís, transpõe a fronteira dos Pirineus, chefiando uma expedição contra-revolucionária para repôr na Espanha a antiga ordem de coisas, os mesmos homens, que se haviam levantado em massa contra as tropas napoleônicas, o recebem com entusiasmo e o saudam como a um libertador.

Quanto ao carlismo, em seus cem anos de lutas, representa a fidelidade à história da Espanha. As populações das províncias do norte, que tanto se destacaram nessas lutas, tratavam de salvar a obra da guerra da Independência. Tomavam armas para defender a Espanha castiça, tal como o haviam feito os seus antepassados em face do poderio do crescente, e mais tarde ao

barrar a marcha do protestantismo ou ao impor as primeiras humilhações a Bonaparte.

Bem o percebi passando por Burgos, cabeça de Castela e vizinha da legendária Navarra. Depois de uma visita à Cartuxa de Miraflores e contemplando o crepúsculo às margens do Arlanzón, era-me dado conversar com a gente simples do povo, nas ruas daquela cidade que fôra a capital nacionalista durante a guerra civil. Homens simples e sem muita instrução discorriam sôbre a situação política da Espanha e sôbre os princípios da tradição nacional pelos quais se haviam batido na guerra, com a mesma firmeza de convicções dos chefes da Comunhão Tradicionalista, que me haviam recebido em Madrid, com a mesma clareza de idéias de um universitário *requeté* ou de um professor carlista.

Poucos países que se vangloriam de praticar a democracia podem apresentar um caso tão frisante de opinião pública esclarecida e sólida como o dessas populações do norte da Espanha, sempre ciosas dos seus *fueros*, das liberdades concretas que desde a guerra da independência até à Cruzada de 1936 contra o comunismo defenderam com o próprio sangue. Em nome dessas liberdades concretas se opuseram outrora à liberdade abstrata da Revolução Francesa. E a persistência do localismo regional — que nada tem de separatista — é ainda hoje na Espanha o grande obstáculo à política centralizadora, uma garantia em face das tentativas de Estado totalitário.

Um veterano da terceira guerra carlista, que distribuía boletins clandestinos em Burgos, dizia-me que só a Fé pode explicar a perseverança e a intransigência dos carlistas durante um século de lutas consecutivas contra a monarquia constitucional, a república socialista e o falangismo.

"Deus, Pátria e Rei" — é a divisa dos *requetés*, os bravos voluntários que, sob o comando do general Mola, em vez de usarem capacetes de aço, combatiam ostentando a sua tradicional boina vermelha.

E aquelas palavras do veterano burgalês evocavam-me um seu correligionário de Barcelona, filho de anarquista e educado na "Escola sem Deus" de Ferrer. Sem que o pai soubesse, começou a freqüentar o catecismo paroquial... e um belo dia seus familiares eram surpreendidos com a notícia de que o menino fôra ajudar a defender a igreja-matriz de um ataque de socialistas tentando profaná-la.

"Foi o Catecismo que me fêz carlista", concluía ao contar-me a sua história.

São casos êstes bem expressivos de uma fôrça espiritual, que não é apenas a manifestação de um movimento político em prol da restauração da monarquia tradicional e popular; é a chama inextinguível de perene gênio hispânico, mescla de cavalaria e misticismo, produto da fusão de raças, povos e continentes sob o signo unitário da Cruz.

Em sua lição de abertura dos cursos de 1942-1943 da Universidade de Madrid, Manuel García Morente afirmava que na Espanha a Nação e a Religião se identificam de tal maneira que deixar de ser católica equivaleria, para a Espanha, deixar de ser hispânica. As emprêsas católicas foram sempre, na Espanha, nacionais: assim a Reconquista, assim a luta contra o protestantismo. As emprêsas nacionais foram sempre, na Espanha, católicas: haja vista a expansão marítima e o império das Índias, a guerra da independência e o movimento libertador de 1936.

De Portugal o mesmo se pode dizer. O catolicismo é algo de consubstancial à nacionalidade. Quando os

dirigentes dêsses dois povos se afastaram da constante linha de rumo da sua história, o Estado entrou em conflito com a Nação. Foi o processo acentuado a partir do século XVIII, suscitando crises de consciência nacional, que entre os homens de letras e de pensamento daria origem aos "vencidos da vida" em Portugal e à "geração de 98" na Espanha. Conseqüências de um desgarramento que, nos seus últimos anos, Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão, no grupo dos vencidos, começariam a perceber, e mais nìtidamente chegaria a compreendê-lo, entre os homens de 98, Ramiro de Maeztu, redescobrindo aquela consubstancialidade essencial.

IV

A VISÃO HISPÂNICA DO HOMEM

MAEZTU passou também pela crise europeizante de que foram vítimas muitos de sua geração. Mas superando as vacilações e incertezas de seus companheiros, acabou por chegar às fontes cristalinas da cultura hispânica.

Ao lado de Victor Pradera, com os seus artigos na *Acción Española*, ajudou a preparar o movimento nacional. Depois deram ambos a própria vida pela causa que sustentavam. Quando o foram retirar do cárcere, numa fria madrugada de outubro, teve ainda tempo de receber a absolvição sacramental, dada por um sacerdote seu companheiro de cela, e em seguida não mais se soube dêle.

A legenda de sua morte transmitiu-nos suas últimas palavras. Antes de ser fuzilado, fitando os verdugos, teria dito: "Vós não sabeis por que me matais! Eu sei por que morro: para que vossos filhos sejam melhores do que vós!"

Dom Ramiro morria para que prevalecesse, em tôda a plenitude, o sentido hispânico da vida, alcançado por êle ao têrmo de suas andanças intelectuais e daí por diante objeto de uma doutrinação constante e corajosa. Conhecia, e por experiência, a maldade dos homens, mas

acreditava na possibilidade de fazê-los bons: "morro para que vossos filhos sejam melhores do que vós!" Em suas palavras está o pressuposto da visão hispânica do homem, bem diversa das concepções do ser humano elaboradas em seguida ao naturalismo da Renascença.

Um dos valores fundamentais da civilização do Ocidente, que se anuncia nas páginas da *Antígona* ou nos ensinamentos e no exemplo de Sócrates, é a idéia da dignidade da pessoa humana. O Cristianismo fêz o mundo compreender esta idéia na sua exata significação e em todo o seu alcance. As civilizações orientais baseavam-se num sistema em que a personalidade individual era absorvida pelo Todo: o totalitarismo do Estado egípcio, o panteísmo hindu, a aniquilação da alma no nirvana. A afirmação do homem como criatura de Deus a Deus destinada, da sua finalidade transcendente, da sua liberdade, da igualdade de natureza racional em todos os homens, coexistindo com as variações individuais e com as diferenciações sociais — eis uma das notas características do que costumamos chamar a cultura ocidental, nota esta procedente da acção civilizadora da Igreja, e por isso mesmo fruto de um dinamismo ecumênico tendente a abranger todos os povos da terra.

Ora, essa visão do homem sofre modernamente um desvio, mas subsiste de forma pronunciada entre os povos hispânicos. O desvio começa com o protestantismo e a Renascença, cuja "exaltação do indivíduo" foi posta em relêvo por Burckhardt. À cultura essencialmente teocêntrica da Cristandade medieval segue-se, na Europa post-renascentista, uma cultura antropocêntrica. A tese calvinista da predestinação faz o homem separar o céu da terra, uma vez que, estando de antemão predestinado ao inferno ou ao paraíso, a sua conduta neste

mundo nada tem que ver com a vida eterna a alcançar.[10] O mito do estado de natureza e do *bon sauvage* inspira a Rousseau a idéia de que o homem é naturalmente bom.[11] E em direção inversa à dêste otimismo ingênuo, Hobbes afirma que o homem é um lobo para o homem, e Spengler vê no homem um animal de rapina, legitimando o poder absoluto do Estado e contribuindo para a justificação do totalitarismo.

Frente a um tal pessimismo, que acaba por anular a personalidade humana, e repelindo as exagerações dos individualismos modernos, a visão hispânica do homem mantém-se fiel à concepção católica reafirmada no Concílio de Trento.

O valor supremo do homem está em ser uma criatura de Deus, dotada de alma espiritual e imortal. Livre e debilitado pelo pecado original êle pode inclinar-se ao mal e ao bem, cuja prática lhe é assegurada pela graça divina. E, assim, todos podem salvar-se.

Escrevendo precisamente sôbre o sentido do homem nos povos hispânicos, Ramiro de Maeztu fazia ver que tal foi a posição espanhola no século XVI, posição ecumênica de todos os povos de estirpe castelhana ou lu-

---

(10) Daí, entre outras consequências, a ausência de restrições morais à atividade econômica do homem, o que levou Max Weber e outros a apontarem no protestantismo um dos principais fatores na formação da mentalidade capitalista.

(11) Daí vem todo o liberalismo político. Sendo o homem naturalmente bom, uma liberdade sem limites pode e deve ser dada ao homem, no pressuposto de que êle a exercerá sempre bem. A liberdade, para o liberalismo, passa a ser um valor absoluto. Nem sequer se cogita da questão de usá-la bem ou mal, pois ela é o bem em si mesma. Não se cuida, pois, de regulamentá-la, de ordená-la para o bem comum da sociedade e o bem particular dos indivíduos. Nada disto tem mais sentido. E' a "liberdade abandonada", que acaba por levar à opressão dos fracos pelos fortes (donde, p. ex. a plutocracia capitalista e o proletariado na miséria).

sitana: "Ao tempo em que a proclamávamos em Trento, e quando pelejávamos por ela em tôda a Europa, as naves espanholas davam pela primeira vez a volta ao mundo para poder anunciar a boa nova aos homens da Ásia, da África e da América.

"Pode-se, pois, dizer que a *missão histórica dos povos hispânicos consiste em ensinar a todos os povos da terra que se quiserem podem salvar-se, e que sua elevação não depende senão da sua fé e da sua vontade*".[12]

Trata-se de um sentido transcendente da vida, que não nos leva, porém, à negação da individualidade concreta, à maneira do transcendentalismo oriental. Bem ao contrário. Há a idéia do homem na realidade existencial quotidiana, perfeitamente individualizado e vivendo nas comunidades em que se integra, as quais lhe proporcionam os elementos para plena expansão da personalidade. É o homem da família, da localidade urbana ou campestre, da região, de uma tradição nacional, e ao mesmo tempo o fiel que pertence ao Corpo Místico.

Quer-se, por vêzes, diferenciar o português do espanhol, dizendo que êste é eminentemente individualista e aquêle é, por temperamento e por hábitos, mais gregário. Na verdade, entretanto, o individualismo do espanhol não se opõe às manifestações comunitárias, tão sensíveis na sua vida de família, nas tradições foraleiras e na sua plena identificação com a universalidade católica.

Isto a que chamamos, nos espanhóis, o individualismo, não é mais do que o grande aprêço ao valor da pessoa humana. Daí resultam os sentimentos de honra e de lealdade num grau nem sempre atingido por outros

(12) RAMIRO DE MAEZTU, *Defensa de la Hispanidad*, 4.ª edição, Madrid, 1941, pág. 86.

povos. Daí decorre também o respeito aos privilégios, que marcam a maneira de ser de cada um e a posição de cada um na escala hierárquica do ordenamento social. Entre os privilégios devem ser incluídas as liberdades populares asseguradas pelos *fueros*, o que explica a coexistência da aristocracia e da democracia na tradição espanhola.

E tudo isso é a contradição do individualismo moderno, nas suas sucessivas modalidades.

O individualismo protestante, rebelando-se contra o magistério infalível, separa o fiel da comunidade eclesiástica, para fazer a vida religiosa depender do livre-exame, ou seja, da razão de cada um. O individualismo liberal, na ordem econômica, com a livre concorrência e a lei da oferta e da procura, instaura as relações abstratas entre vendedor e comprador, produtor e consumidor, empregador e empregado. O individualismo político das democracias baseadas no sufrágio universal igualitário suprime o voto por classe ou profissão, fundamentando o poder político na vontade do povo-massa, constituído pelos cidadãos abstratos e desvinculados das pequenas comunidades, quais sejam a família, o município ou a associação profissional.

Eis aí a visão do homem gerada pelo individualismo da Renascença e da pseudo-reforma protestante. É uma visão *anti-histórica*, que separa o homem de suas tradições e acaba por preconizar, para todos os povos, os mesmos regimes políticos e as mesmas constituições, meras decorrências dos Direitos do Homem e do Cidadão, sem levar em conta as particularidades diferenciadoras de cada comunidade nacional. É também uma visão *infra-histórica*, pois aceita os postulados fatalistas da predeterminação teológica ou do determinismo científico, transpondo para a vida social o princípio darwiniano do

struggle for life e acabando por considerar os homens como animais, sujeitos a uma evolução que não alcança o plano da história.

A visão hispânica, pelo contrário, é uma visão histórica do homem inserido numa tradição e pertencente a grupos naturais (família), ou conjuntos sociais formados pelo direito costumeiro (comunidade de vizinhos, associação dos profissionais do mesmo ofício, etc.). Mas daí não se segue um historicismo positivista, semelhante ao da escola histórica de direito de Savigny ou ao positivismo de Taine e Maurras, aceitando os elementos da tradição como simples fatos históricos da nacionalidade, independentemente de uma valoração metafísica.

A visão hispânica é também uma visão *supra-histórica*, de sentido transcendente. O homem dessa concepção entranhadamente católica é o peregrino em demanda da Eternidade, o *homo viator*, a alma na busca ansiosa do Infinito.

Até mesmo pensadores como Unamuno, desgarrados da essência mais profunda das Espanhas, com o espírito mais ou menos influenciado pelo racionalismo vindo das terras frias da Europa ou a se debaterem nas angústias existencialistas, como foram as do autor de *El sentimiento tragico de la vida*, até mesmo êstes, quando não vencidos de todo pelo virus europeizante, refletem na sua obra o sentido transcendentalista da vida.

Daí o contraste estabelecido por Unamuno entre a ciência e a sabedoria, esta tendo por objetivo a morte, e aquela a vida. Ensinam os autores espirituais que, quando meditamos sôbre a morte é para vivermos bem, e daí uma compreensão melhor da vida e uma intensidade vital como a de São Francisco de Assis, desprezando a tôdas as coisas do mundo e empolgando-se diante da natureza, compondo o hino ao sol e às criaturas, sentin-

do-se numa só família com o irmão sol, com a irmã água, com os irmãos peixes e também com a irmã morte.

A ciência pode tornar mais agradável a vida, pode contribuir para prolongá-la. Mas há valores que estão acima da própria vida. E mais vale morrer salvando êsses valores do que viver indignamente. Assim também para a consciência de um cristão *la pena de vivir sin consuelo vale el consuelo de morir sin pena*, como se lê numa inscrição colocada à entrada das ermidas de Córdova, na Serra Morena.

Nuestras vidas son los rios que van dar a la mar. Não há na lírica espanhola — observa Maeztu — pensamento tão repetidamente expresso, e com tanta beleza. A sabedoria dos Salmos e do Eclesiástico reflete-se nesse pensamento das coplas de Jorge Manrique, e também nos versos de Espronceda:

Pasad, pasad en óptica ilusoria...
Nacaradas imágenes de gloria,
Coronas de oro y de laurel, pasad.

Isto não implica em cair na contemplação passiva dos hindus e no negativismo do nirvana. O homem hispânico é o homem que dá o devido valor à sua vontade, da qual depende a própria salvação, a ponto de por vêzes exagerá-lo.

Diante de tais premissas metafísicas e teológicas, compreende-se que seja incompatível com o caráter histórico dos povos hispânicos o liberalismo do homem abstrato e do Estado naturalista secularizado, bem como as ideologias a que êsse mesmo liberalismo deu origem, isto é, o socialismo, em suas várias modalidades, e a concepção do Estado totalitário. Repare-se que o socialismo espanhol se filia principalmente ao anarquismo, o

qual implica numa exaltação do indivíduo em face da coletividade. Por sua vez, as tendências totalitaristas manifestam sobretudo o fenômeno do caudilhismo, isto é, significam a glorificação carismática do valor pessoal do chefe e não o culto a essa entidade abstrata a que chamamos Estado.

Com todos os cambiantes do caráter português, sem esquecer o cunho menos individualista e mais comunitário da formação lusitana, o mesmo amor ao concreto, a mesma afirmação da liberdade pessoal, a mesma inadaptação ao liberalismo de tipo anglo-saxônio ou às fórmulas revolucionárias e abstratas de 1789, nota-se na história de Portugal. Daí o fracasso das experiências republicanas, e as crises insolúveis suscitadas pela democracia política moderna em povos que, pela sua formação histórica e pela própria índole dos seus habitantes, foram sempre tão apegados às liberdades populares e souberam criar admiráveis formas de organização social autênticamente democráticas.

V

O BRASIL E A HERANÇA HISPÂNICA NAS AMÉRICAS

O antagonismo entre a Europa moderna, protestantizada e racionalista, e os povos da península ibérica, arraigados na sua formação católica de tipo medieval, reproduz-se, de certa maneira, na dualidade do Novo Continente. De um lado, a América anglo-saxônia; de outro lado, a América hispânica, abrangendo os povos espano-americanos e o Brasil. Êstes últimos foram os legítimos herdeiros e continuadores da cultura européia tradicional, tendo-se avantajado de muito às colônias inglêsas do norte do continente durante o período em que faziam parte dos Impérios espanhol e português. É sabido que as primeiras universidades americanas surgiram sob o patrocínio da Coroa de Castela, e, tanto nas letras como nas artes, as manifestações de cultura nos vice-reinados espanhóis e no Brasil superavam, nitidamente, o que neste sentido pudesse haver nos estabelecimentos inglêses da América do Norte.

Entretanto, depois do movimento da independência, de que resultaram os Estados Unidos da América, começava a expansão imperialista desta república, em detrimento dos antigos domínios espanhóis situados nas suas vizinhanças, e ao mesmo tempo o pioneirismo dos norte-americanos assumia a vanguarda do desenvolvimento

econômico e do progresso técnico, dos quais lhes viria a supremacia que passaram a exercer de um modo cada vez mais acentuado.

Vários motivos podem ser apontados para explicar a liderança continental e até mesmo mundial que coube aos Estados Unidos. Primeiramente, quando do início da fase da aplicação da máquina a vapor às indústrias, deve-se levar em conta a riqueza do subsolo americano, favorecido com o carvão de pedra, combustível básico para a máquina. Depois, a era do petróleo veio acentuar ainda mais a hegemonia ianque. E não se deve omitir a influência das instituições e do tipo de govêrno, uma vez que, estruturada pollticamente na linha de continuidade histórica que vinha seguindo desde os tempos da colônia, a república norte-americana não passaria pelas crises tão freqüentes, e por vêzes fatais, a acometerem as numerosas repúblicas nas quais se haviam fragmentado os antigos vice-reinados espanhóis.

Contrastavam com os Estados Unidos da América inglêsa os Estados desunidos da América espanhola.

Enquanto aquêles partiram de núcleos coloniais distintos para uma nacionalidade que aos poucos se foi consolidando e expandindo, os grandes vice-reinados espanhóis, após a emancipação política, se dividiram em repúblicas de pequena expressão. O sonho de Bolivar e dos Libertadores, uma confederação dos povos espano--americanos, dissipava-se em meio às contendas dos chefes militares e às querelas dos bacharéis, ideólogos dos novos regimes e das suas constituições. A Grã-Colômbina cederia lugar a vários Estados independentes, e a mesma divisão se processaria entre os povos da bacia platina e do Pacífico.

Acentua-se o contraste quando notamos os Estados Unidos a seguirem, na sua organização institucional, a

linha de continuidade histórica da qual se apartavam os demais povos do continente. A constituição americana, elaborada em fins do século XVIII, reproduzia o espírito e dispositivos das antigas cartas de colonização e das primeiras cartas políticas dos colonos em sua luta com a Mãe-Pátria. Pelo contrário, na América espanhola se adotavam constituições inspiradas nas ideologias francesas ou nas instituições anglo-saxônias, umas e outras discrepando da formação histórica de seus povos. Daí se originaram crises políticas, revoluções, freqüentes mudanças de constituição, tudo isto gerando um clima de instabilidade propício aos surtos da demagogia e aos golpes do caudilhismo.

É de se notar ainda que o exemplo dos Estados Unidos exerceu uma forte influência sôbre o ânimo dos homens de letras e dos bacharéis que tiveram a seu cargo a elaboração das constituições. Por sua vez se fazia sentir o contágio dos doutrinadores políticos revolucionários europeus, o que se dava desde o tempo de Miranda, o precursor de Bolivar, freqüentador dos salões literários de Paris e Londres.

Desta forma originou-se um dissídio entre a cultura das elites e o estado mental e social do povo. Eis o tema da oposição entre *civilización* e *barbarie*, na obra de Mitre, um argentino europeizado, e que entre nós Euclides da Cunha suscitou ao focalizar o antagonismo entre a formação das cidades litorâneas e a do interior ou o "sertão".

Mais vinculados ao sentido real do povo, os Libertadores, com Bolivar à frente, viam a sua obra esfacelar-se desde que a liderança política passava para as mãos das minorias desenraizadas do meio nacional.

A preponderância norte-americana e o prestígio da cultura francêsa e da política inglêsa contribuíram para

que essas elites se fôssem desgarrando cada vez mais da formação nacional, cujo sentido haviam perdido, ao mesmo tempo em que, por uma conseqüência lógica, iam também perdendo a consciência das origens hispânicas. Não compreendiam nem o significado da tradição espanhola, de que seus povos eram herdeiros, nem o ambiente indígena e a mentalidade nativa, de cuja fusão com o elemento espanhol havia resultado a *síntesis viviente* espano-americana.

Algo de muito semelhante se passou com a América portuguêsa. Entretanto certas particularidades históricas favoreceram imensamente o Brasil, impedindo que a mesma anarquia cultural e política se alastrasse tanto entre nós. Primeiro, foi a presença da Realeza, quando da vinda de D. João VI, por ocasião da invasão de Portugal pelas tropas de Junot. Foi a época em que se constituiu definitivamente a nacionalidade brasileira, cujo artífice, como o mostrou magnìficamente Oliveira Lima, foi aquêle soberano português, rematando a obra de seus predecessores. O fato de seu filho, o príncipe D. Pedro, se ter colocado à frente do movimento emancipacionista, permitia ao Brasil separar-se de Portugal mantendo a unidade do seu vasto território. Graças à continuidade monárquica e dinástica, era assegurada essa unidade, sendo fàcilmente vencidas as tentativas esporádicas de fragmentação. Por outro lado, embora as instituições inglêsas e os doutrinários franceses exercessem grande influência nas nossas elites dirigentes, feitas também de homens marginais, a manutenção da forma de govêrno e do Estado unitário, na constituição de 1824, nos livrava das comoções que as instituições republicanas provocaram em tôda a América espanhola.

Desta forma, desde logo o Brasil, por tais fatôres históricos e geográficos, se tornava nação de relevância

máxima na América hispânica. Os grandes Estados de amanhã serão necessàriamente Estados de base numa vastidão territorial, e assim o Império nos fornecia o lastro que hoje aí está para edificarmos sôbre êle uma potência de primeira grandeza. E quando a república tentava implantar entre nós um regime de inspiração nas instituições norte-americanas, na época de um Rui Barbosa, com a sua mentalidade tôda formada na leitura dos mestres anglo-saxônios, já tínhamos nós uma tradição consolidada, que foi capaz de resistir ao abalo revolucionário, como não se verificara com os povos espano-americanos nas tormentosas décadas da independência.

Além disso, o tipo de colonização posto em prática pelos portuguêses sempre contribuiu para realizar, em alto grau, aquela síntese de raças e de culturas que Belaunde e José Vasconcelos apontam como característicos dos povos hispano-americanos. No Brasil, mais do que em qualquer parte do mundo, sente-se o caldeamento étnico, ou seja, a formação da *raza cosmica*, de que fala o insigne mexicano Vasconcelos. A assimilação racial foi acompanhada, entre nós, da assimilação jurídica, pela implantação das instituições da metrópole e a aplicação das mesmas leis, e finalmente da assimilação moral e religiosa, na obra eminentemente missionária levada a efeito pelos portuguêses, da mesma forma que pelos espanhóis.

Em seu notável *Cuadro histórico de las Indias*, uma introdução a Bolivar, pondera Salvador de Madariaga que "a base do regime espanhol no Novo Mundo foi em todos os momentos a igualdade religiosa de todos os homens, sem distinção de origem ou de raças".[13]

---

(13) SALVADOR DE MADARIAGA, *Cuadro histórico de las Indias*, Editorial Sudamericana, pág. 49.

O mesmo deve ser dito do regime português no Brasil, como aliás ainda hoje do sistema de govêrno seguido pelos portuguêses nas províncias de Ultramar.

E daí vem precisamente a posição privilegiada que o Brasil ocupa no mundo hispânico. Além de manter uma tradição anti-racista, como tôda a América espanhola, e poder assim confraternizar com as nacionalidades novas que se levantam na África e na Ásia contra o colonialismo imperialista, baseado no odioso sistema de discriminações étnicas, o Brasil, inserindo-se na Comunidade Lusíada, tem ao seu alcance meios excelentes para estabelecer um convívio com os povos afro-asiáticos, à base da tradição e das recordações deixadas pela nação portuguêsa naqueles continentes.

É o que, com muita clarividência, soube perceber um ilustre diplomata brasileiro, escrevendo o livro *O Brasil e o mundo asio-africano.* Nestas páginas mostra Adolpho Justo Bezerra de Menezes como Portugal é a única nação da Europa que não desperta animosidade, antes simpatia, da parte dos asiáticos e africanos, isto graças à sua tradicional política de assimilação e compreensão cristã. Mas, sob êste aspecto, "o futuro *homo brasiliensis* levará maior vantagem para convencer, para aproximar, para estabelecer duradouras pontes de entendimento pelo corpo e pelo espírito, que o próprio *homo portucalensis*".

A razão é simples: "Enquanto o português leva à África e à Ásia o exemplo do homem branco, do europeu sem preconceitos, nós já poderemos levar e exibir a existência de tais sentimentos. Enquanto Portugal, mercê de seu reduzido potencial humano, e de seus encargos ultramarinos, não pode expandir-se pela África ou pela Ásia, com a intensidade que era de desejar, o Brasil o

pode cada vez mais, tendo em vista a progressão rápida de sua população".[14]

Podemos concluir.

O homem europeu é o homem da visão católica de mundo, que sofreu um desvio com o protestantismo e daí por diante se foi encaminhando no sentido individualista até chegar à concepção do homem abstrato da Revolução Francêsa, nos esquemas racionalistas cujo epílogo veio a ser, em nossos dias, o aparecimento do Estado totalitário. Desde o momento em que teve início tal desvio, ao homem europeu moderno, desentranhado da sua formação autêntica, opõe-se o homem hispânico, continuando a incarnar o cavaleiro cristão medieval, simbolizado na figura de D. Quixote. Na América, o homem hispânico foi portador de um patrimônio de cultura, que transmitiu às novas nacionalidades constituídas pela fusão das raças aborígenes e, mais tarde, dos africanos e imigrantes, com portuguêses e espanhóis, impondo êstes os seus padrões éticos e assimilando os elementos culturais das outras raças.

Ao contrário do que se dá com povos de outros continentes, tudo entre nós predispõe à união. Comuns procedências étnicas, afinidades linguísticas, a mesma fé religiosa, "tudo nos une, nada nos separa".

A grande questão para os povos hispano-americanos está em saberem defender a sua personalidade cultural, não permitindo que formas políticas, doutrinas filosóficas, sistemas de educação e costumes dissolventes de procedência européia moderna ou norte-americana venham desviá-los da sua rota histórica, da sua genuína forma-

(14) ADOLPHO JUSTO BEZERRA DE MENEZES, *O Brasil e o mundo asio-africano,* Pongetti, 1956, pág. 324.

ção. Aceitando as inovações compatíveis com a sua própria maneira de ser, e recebendo a ajuda econômica e as contribuições da técnica avançada dos Estados Unidos, cumpre-lhes manter o seu tipo de originalidade cultural, a fim de poderem, dentro em breve, reconquistar todo o Ocidente para os ideais que o Ocidente abandonou, renegando-se a si mesmo.

Uso desta expressão "Ocidente" com as devidas cautelas e sem cair no equívoco daqueles que vêem no aparente conflito entre Oriente e Ocidente a questão fundamental de nossos dias. Questão evidentemente mal posta. E quando emprego tal expressão, válida para nós na posição geográfica em que nos achamos — pois o nosso mundo ocidental é o Oriente para os asiáticos — quero referir-me ao tipo histórico de cultur aformado na Europa e daí transposto para a América. Quando, ao nos aproximarmos do século XXI, os mais diferentes ciclos culturais se encontram, na convivência dos povos, muitos valores começam a ser postos em cheque, e o que importa é salvar os valores eternos e ecumênicos legados ao mundo de hoje pela Cristandade medieval, em face das novas formas de organização social que estão por surgir. Ora os povos hispânicos são, por excelência, os portadores daquela ecumenicidade, fruto da ação civilizadora da Igreja difundindo a mensagem de Cristo para reunir a tôdas as gentes, sem diferença entre o judeu e o gentio, o grego e o bárbaro, o ocidental e o oriental, o branco e o preto.

O mundo hispânico nos apresenta na atualidade o seguinte panorama:

1 — na península ibérica, as duas nações Mães Pátrias de tôdas as demais que o constituem, nações unidas por uma tradicional aliança, revitalizada nestes últimos anos;

2 — no âmbito da política do Atlântico, *mare nostrum*, as duas pátrias peninsulares e as nações hispano-americanas ribeirinhas dêsse imenso oceano;

3 — nos territórios de língua portuguêsa do Velho e do Novo Mundo, abrangendo África e Ásia, a Comunidade Lusíada;

4 — no extremo asiático do Pacífico, as Filipinas;

5 — na América, as nações continuadoras do estilo de vida, da cultura, da espiritualidade de Espanha e Portugal, nações estas que, ligadas por amizade e solidariedade defensiva aos Estados Unidos, se acham entre si unidas por laços mais fortes do que os de simples alianças, boa vizinhança ou mesmo amizade, isto é, por vínculos fraternais de sangue e pela comunhão dos mesmos ideais.

Bem se vê qual seja a posição especialíssima do Brasil nesse complexo político e cultural. É aí a nação de maior expressão geográfica e de mais recursos econômicos. Pela sua população, é a maior nação católica do globo. Sua hispanidade, sua lusitanidade, sua americanidade dão-lhe um posto de vanguarda entre as nações irmãs que, tendo recebido na América o legado de Espanha e Portugal, levam em suas mãos o facho da cultura hispânica, para alumiar, com êle, o mundo envolto em trevas e a humanidade angustiada pelas tensões espirituais e pelos conflitos de ideologias, de povos e de raças.

"Brasil, a grande potência do século XXI", escreve o publicista espanhol Antonio Meijide Pardo.

Saudemos no Brasil que se descobre a si mesmo, e que começa a realizar-se para ser a grande nação do porvir, saudemos neste Brasil dilatado em suas fronteiras

pelos bandeirantes, e bandeirante por vocação, um florão da velha Hispânia geradora de povos. As duas pequenas nações da península ibérica, colossais impérios de outrora, vêem hoje seus filhos crescerem e se agigantarem.

Brasil, nação da esperança!

APÊNDICE

1. A POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL
2. A LIÇÃO DA ESPANHA

1. A POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL

Comunicação apresentada ao Centro de Estudos Sociais e Políticos da Associação Comercial de São Paulo e escrita alguns dias antes da última eleição à presidência da República (1960).

1 — Ouvimos, neste Centro, DOIS DEPOIMENTOS altamente expressivos da crise com que se defronta a humanidade contemporânea. O primeiro dêles, pela ordem cronológica da exposição, procedente de um chefe de emprêsa, relatando observações de sua experiência com homens de negócios norte-americanos; o segundo, de um professor de nossa Escola Politécnica, transmitindo impressões de uma viagem à Rússia, onde freqüentou universidades e laboratórios de pesquisa. Depoimentos objetivos e concludentes ambos, tendo deixado nos ouvintes a mais forte impressão, para a qual contribuíram uma penetrante acuidade sociológica e a lucidez de raciocínio dos Engenheiros Paulo Egydio Martins e José Carlos de Figueiredo Ferraz, que foram, respectivameste, os expositores em aprêço. De tais depoimentos podemos tirar algumas conclusões, ou melhor, ante as interrogações formuladas pelos expositores, cumpre traçarmos algumas linhas de rumo, que nos ajudem a prosseguir com todo o proveito nos estudos aqui iniciados sôbre a conjuntura mundial e a problemática brasileira.

2 — Antes de mais nada, é de se notar uma PERPLEXIDADE em face da situação do mundo de hoje. Tal é o estado de espírito generalizado entre os homens de emprêsa nos Estados Unidos, segundo frisou o Engenheiro Paulo Egydio Martins. O Professor José Carlos de Figueiredo Ferraz não titubeou em mostrar, com firmeza, a necessidade de modificarmos o nosso sistema de organização das sociedades políticas, se quizermos fazer frente com vantagem à revolução operada pelo comunismo. Esta revolução implica numa nova maneira de ser da convivência humana, dirigida pelo Estado em função de uma ideologia e no sentido do naturalismo científico de base materialista. A eficiência e os êxitos surpreendentes do sistema posto em prática na Rússia soviética, e agora também na China comunista, põem em cheque as democracias ocidentais, cuja debilidade se vai tornando patente diante dos novos tempos.

3 — O SISTEMA DOMINANTE NO MUNDO OCIDENTAL, tem por fontes o filosofismo do século XVIII, o *way of life* seguido pelos homens da independência norte-americana e seus continuadores, o ideário da Revolução de 1789 e o progressismo cientificista do século XIX. Aliás, dêste progressismo se deduzem, como conclusões contidas nas suas premissas, os princípios inspiradores da visão soviética do homem e da sociedade. Todos os mencionados elementos dos quais se origina aquêle sistema devem entender-se no plano ideológico do liberalismo, cuja aplicação deu em resultado o princípio individualista da *free enterprise* na ordem econômica, e o Estado de direito liberal-burguês na ordem política.

4 — DEMOCRACIA E SOCIALISMO defrontam-se, pois, na contenda ideológica da nossa época, perfeitamente caracterizada como a "guerra revolucionária".

Ora, já poucos anos após a primeira guerra mundial, o pensador russo Nicolas Berdiaeff, exilado em Paris, fazia ver que nessa luta vai um poderoso *handicap* a favor do socialismo. O socialismo sabe o que quer e dirige os seus esforços para um objeto bem definido. Julga ter o monopólio da verdade, e por isso mesmo não abandona a questão *quid est veritas* ao cálculo mecânico dos votos. "O socialismo é uma fé, e pretende ser uma fôrça nova para o uso da humanidade" (N. BERDIAEFF, *Un nouveau Moyen Age*, Plon, Paris, 16.ª edição, pág. 235).

A democracia, pelo contrário, é cética e indiferente em relação ao bem e ao mal. Fundamenta-se no princípio meramente formal da "vontade do povo" sem preocupação de subordinar essa mesma vontade a um fim superior. Desde o momento em que a democracia definisse tal fim, ela estaria negando-se a si mesma.

A falta de um critério teleológico para orientar a vontade do povo é a suprema fraqueza do sistema democrático. Assim, se o povo, na sua maioria, optar pelo comunismo, a democracia deve aceitar o comunismo.

5 — A busca de um novo CONTEÚDO DE IDEOLOGIA para as sociedades ocidentais, desagregadas pelo filosofismo dissolvente e pelo liberalismo anarquizante, tal precisamente vem sendo a preocupação dominante nas últimas reuniões do nosso Centro.

Importa, porém, extrair êsse conteúdo dos princípios que são fundamentais à civilização pela qual nos batemos, ou seja, a civilização cristã. Não se trata de forjar alguma coisa de novo, no concernente às bases filosóficas. A concepção de vida a defender diante da ameaça do totalitarismo materialista é a que serve de fundamento à nossa civilização, mas da qual nos afastámos no nosso modo de viver, quer na vida privada, quer na vida pública, pela influência de idéias revolu-

cionárias modernas, digeridas por nossas sociedades, idéias essas que preparam o comunimo. Lembremos, neste sentido, a afirmativa de Fulton Sheen: "A consciência do Ocidente está impregnada da filosofia e mesmo da revolução do comunismo." (F. SHEEN, *Communism and the conscience of the West*, Dublin, 1948, pg. 7).

Diante de tais pressupostos, consideremos a posição do Brasil perante a crise mundial, e o que nos cabe fazer para enfrentar os mais graves problemas da nossa época.

6 — A POLÍTICA NACIONAL E A POLÍTICA INTERNACIONAL são hoje inseparáveis. A política externa de um Estado depende de sua política nacional interna e é por esta determinada. Exemplo frisante é o da Rússia depois do comunismo. Segundo Marx, o socialismo deveria ser um movimento de expansão mundial. Firmou-se assim a idéia de que "o socialismo num só país é impossível." Daí resultou a política expansionista russa e a ação revolucionária da III.ª Internacional no resto do mundo, uma exigência do próprio regime implantado na Rússia e que não poderia manter-se, em face do mundo capitalista, sem aquela política externa de agressão revolucionária e ideológica. Por sua vez, as democracias, querendo salvar-se dos efeitos de tal agressão, viram-se forçadas a modificar os rumos da sua política interna, num sentido restritivo das liberdades, e também a elaborar uma estratégia para tempo de paz como base de sua política internacional.

7 — Acha-se o mundo presentemente dividido em DOIS GRANDES BLOCOS, dominados um pelos Estados Unidos da América, outro pela União Soviética. Defrontam-se êsses blocos numa guerra fria, aperfeiçoando o seu instrumental bélico, especialmente pela aplicação da ciência com vistas a uma possível guerra atômica. Nessa

guerra fria desenvolvem-se os processos peculiares à guerra subversiva ou revolucionária, levados a requintes de perfeição pela União Soviética. Do ponto de vista geográfico e militar (potencial em armamentos, posições estratégicas, bases aéro-navais), a vantagem, no momento, é dos Estados Unidos, a menos que tenham os russos algum segrêdo decisivo quanto às armas atômicas, o que é pouco provável. Mas, do ponto de vista da penetração ideológica e da guerra psicológica revolucionária, a primazia é tôda da União Soviética. O tempo parece favorecer ao bloco comunista, não só pela propagação crescente da ideologia, contando a seu favor com a estupidez dos capitalistas (lembremos os acordos comerciais ou as relações culturais com a Rússia e os países satélites), mas ainda porque aos poucos vai a União Soviética adquirindo possibilidades de bases militares que cerquem os países do chamado "mundo livre", a exemplo das bases norte-americanas que a envolvem, formando um cinturão extendido pela Europa, o Oriente Médio, o Japão, as Filipinas. Haja vista a abertura para a Rússia de certos países asiáticos e africanos, bem como de Cuba, com Fidel Castro. A Rússia, evidentemente, procura abrir cunhas a seu favor dentro do bloco adverso, o qual, por sua vez, trata de conter a expansão soviética por meio daquele cinturão de isolamento.

8 — Entre êsses dois blocos, deve-se considerar a procura desesperada de uma TERCEIRA POSIÇÃO, capaz de assegurar a neutralidade de certos países e de mantê-los fora do duelo U.S.A. vs. U.R.S.S. O bloco afro-asiático resultante da Conferência de Bandung representa uma tentativa de realização do neutralismo, por meio de uma postura ao mesmo tempo anti-capitalista e anti-comunista. Entretanto, em face dos imperativos da geopolítica, a inevitável extensão do conflito, sob a for-

ma de luta ideológica e guerra fria já existente entre aquêles dois blocos, torna insustentável aos demais países manter uma atitude neutral. É o caso do Brasil, quer pela sua posição geográfica, quer pelos compromissos assumidos com as países irmãos da América, na órbita política dos Estados Unidos, quer finalmente pela guerra subversiva levada a efeito dentro de nossas fronteiras, sob a direção da U.R.S.S. Tudo isto coloca necessàriamente o nosso país num dos blocos em contenda, aliás como peça essencial no mesmo, dado o fato de constituírmos já a primeira potência da América do Sul.

9 — Cumpre, por isso mesmo, aos responsáveis pela direção do Estado no Brasil ter uma consciência bem nítida do sentido da crise mundial em nossos dias, a fim de poderem traçar, em conseqüência, as diretrizes da política nacional e da política internacional brasileiras. O regime presidencialista, como o temos estruturado constitucionalmente e ainda mais pela nossa prática política, dá ao chefe de Estado poderes amplos para influir de um modo decisivo na elaboração de tais diretrizes. Trata-se de um plano geral para a política e estratégia nacionais. Nas circunstâncias atuais, se outros órgãos devem colaborar nessa obra (p. ex. o Estado Maior das Fôrças Armadas, o Conselho de Segurança Nacional, o Itamarati), é fora de dúvida que ao Presidente da República há de caber a tarefa de dirigir a elaboração em aprêço conforme as suas próprias idéias políticas, mesmo porque aquêles órgãos são essencialmente dependentes dêle. Se noutros países a importância do Parlamento, do gabinete ou de órgãos colegiados é muito grande, o mesmo não se dá entre nós, e o Presidente da República torna-se virtualmente um soberano absoluto no concernente à direção suprema do Estado. Pràticamente, vê-se limitado, na sua atuação, pela influência do poder

econômico e pelo contrôle das Fôrças Armadas. Mas a atuação por estas exercidas chega também a um certo limite, passado o qual virá a se tornar revolucionária, com ameaça de comoção da ordem e guerra civil. Daí o significado imenso, para o Brasil, de uma eleição presidencial. Jogam-se deveras os nossos destinos, e conforme o candidato eleito, poderá o Brasil ser atirado a rumos diversos na história, arriscando-se a aventuras que lhe poderão ser fatais. Se, como dizia Aristóteles, no Livro II da *Política,* quando a população de um Estado é muito grande, os governantes ficam na impossibilidade de escolher os mais aptos para os cargos públicos, por não poderem conhecer a todos, o inverso é ainda mais verdadeiro: aos cidadãos não é possível senão mui difìcilmente um critério claro de discernimento para escolher o melhor candidato à chefia do Estado. O conhecido escritor político norte-americano Walter Lippman, em sua *Public Philosophy*, aponta exatamente no caráter eletivo da magistratura suprema o "calcanhar de Aquiles" das democracias republicanas.

10 — Aprofundando-se o SENTIDO DA CRISE ATUAL, é fora de dúvida que a grande divisão do mundo de hoje não está no antagonismo entre Oriente e Ocidente, Rússia e Estados Unidos, comunismo e capitalismo, totalitarismo e democracia. As democracias ocidentais, herdeiras do liberalismo da Revolução de 1789, em seus próprios princípios já trazem o germe do totalitarismo. Não admira, por isso mesmo, que elas se encaminhem para um regime verdadeiramente totalitário, com o contrôle cada vez maior exercido pelo Estado sôbre a ação dos indivíduos e dos grupos sociais (vejam-se a respeito TALMON, *The origins of totalitarian democracy,* e HAYEK, *The road to serfdom*). A análise sociológica feita por Pitirim Sorokin entre a Rússia e os Es-

tados Unidos bem nos mostra quantos pontos de contato existem entre os tipos de cultura hoje dominantes naqueles dois países, pela própria formação histórica do povo norte-americano e pelas transformações operadas na vida do povo russo após a implantação do bolchevismo. Aliás, a mentalidade dos burguêses capitalistas geralmente está impregnada de um materialismo que lembra a posição fundamental de Marx, dando primazia ao fator econômico no desenvolvimento das sociedades. Por outro lado, o comunismo, bem o sabemos, não passa de um grande capitalismo de Estado, e as teses originárias do marxismo decorrem de premissas assentes por economistas liberais no contexto da visão materialista da vida.

O verdadeiro antagonismo existente no mundo de hoje é o que se verifica entre a concepção materialista oficializada no regime soviético e a concepção cristã que inspirou a civilização ocidental. Note-se que o Cristianismo não é simples expressão da cultura do Ocidente. A mensagem salvífica de Cristo tem um cunho universal e se dirige a todos os povos. A expressão "civilização ocidental" é relativa e imperfeita. Tudo indica que amanhã novas formas de vida social vão surgir no mundo que é para nós o mundo oriental, formas que o Cristianismo poderá inspirar como o fêz com os povos da Europa e da América durante a Idade Média e após os Descobrimentos Marítimos, elevando-os moral e culturalmente. O materialismo soviético procura arrancar os povos orientais das suas tradições de espiritualidade e impedir a sua conversão ao Cristianismo. Entre o Cristianismo e o materialismo trava-se a grande luta de nossa época.

O materialismo, que corroi os povos de formação cristã e que os comunistas procuram implantar nas insti-

tuições de todos os povos, encontra na União Soviética e na China continental os seus maiores baluartes. Defendendo-se pela fôrça e defendendo o capitalismo da livre emprêsa e da propriedade privada contra um tal inimigo, os Estados Unidos não têm uma ideologia a lhe opôr. As democracias ocidentais trazem o comunismo nas suas próprias entranhas e vão-se tornando sistemas superados pelos princípios do socialismo totalitário, que são as conseqüências lógicas de uma série de erros concatenados entre si e espalhados pelo mundo após o Renascimento e o protestantismo.

Em presença dessa desagregação espiritual, a Igreja Católica, depositária da Revelação e continuadora dos Apóstolos, indica aos povos do Ocidente o rumo a que devem voltar e, pela sua atividade missionária, procura trazer ao mesmo caminho o resto do mundo. Os povos africanos e asiáticos, se não se converterem ao Cristianismo, serão dominados pelo materialismo, dia a dia mais avassalador. Mas, por sua vez, os povos ocidentais serão vencidos pelo mesmo materialismo se não tornarem a viver um Cristianismo que conservam apenas nas suas exterioridades, aparências e convenções.

Como faz ver o eminente pensador Ernst Voegelin, "a verdadeira divisão na crise contemporânea não é a que se poderia apontar entre liberais e totalitários, mas a que existe entre os transcendentalistas religiosos e filosóficos, de um lado, e os imanentistas liberais e totalitários de outro" (*The Review of Politics*, Indiana, janeiro 1953, p. 75).

11 — A DEFESA DA CIVILIZAÇÃO CRISTÃ CATÓLICA contra a ameaça dos mouros e a dos turcos, e contra a sua desagregação por efeito do protestantismo, foi a grande obra levada a efeito pela Espanha nas lutas da Reconquista e no tempo de Carlos V e Felipe

II. Dessa tarefa imensa participou Portugal, ao mesmo tempo em que, juntamente com a Espanha, dilatava os horizontes da Cristandade, especialmente no continente americano, onde o Brasil e os povos de cêpa castelhana mantiveram a unidade religiosa perdida pelas nações européias, atingidas pelas conseqüências da revolução protestante. Cabe agora a êstes povos, dinamizando os elementos da sua formação espiritual, a missão de defender a Cristandade do século XX contra a ameaça do totalitarismo vermelho. A Cristandade — não o Cristianismo — se acha abalada e dividida, e seus povos enfraquecidos por regimes políticos inadequados a preservá-los do contágio ideológico do comunismo, sem falar nas injustiças sociais inerentes ao capitalismo materialista, tudo favorecendo a ação dos inimigos através da guerra revolucionária, que sábia e implacàvelmente vão disseminando por tôda parte.

Militarmente, diante de tais inimigos, os povos do Ocidente só podem contar com o poderio dos Estados Unidos. Entretanto, não basta com a fôrça anular a fôrça. Falta precisamente aos Estados Unidos a seiva espiritual que recebemos de Portugal e Espanha, o patrimônio cultural e ideológico de que são depositários o Brasil e os povos da América espanhola, povos militarmente fracos e econômicamente em desenvolvimento. Cumpre-nos atualizar os valores da nossa tradição de cultura, não só para nós mas para os outros povos junto aos quais podemos agir, não nos esquecendo das grandes possibilidades de influência do Brasil na Ásia e na África (ver a respeito, o importante estudo do diplomata brasileiro A. J. BEZERRA DE MENEZES, *O Brasil e o mundo ásio-africano*).

Assim o fazendo, estaremos continuando aquela missão de dilatar a Fé e o Império cantada por Camões,

nos "Lusíadas". E o podemos fazer graças à capacidade de universalização que a Providência reservou especialmente ao Brasil, como se depreende da ausência de preconceitos éticos, da miscigenação racial e da aliança pacífica com os outros povos, constantes da vida brasileira mercê do tipo de civilização entre nós instaurado por Portugal.

Ainda há pouco tempo, após uma viagem ao Oriente e publicando uma série de reportagens a respeito, o jornalista Humberto Dantas fazia-nos vêr "porque somos uma esperança", relatando uma palestra com um seu colega egípcio: "qual a nação do mundo que pode inspirar confiança aos povos de côr? A Rússia, com seu sistema político que nega a liberdade e esmaga a personalidade humana? A Inglaterra e a França, com o ranço de um colonialismo que os povos subdesenvolvidos consideram uma expressão de opressão e de exploração? Os Estados Unidos, incapaz até hoje de solucionar dentro do seu território a chaga da discriminação racial? A Índia, dilacerada e infelicitada por rivalidades religiosas? A China, hoje atrelada ao bloco comunista, provocando desconfiança e receio, com suas inequívocas manifestações imperialistas? Nenhuma dessas grandes potências é capaz de polarizar os anseios e as esperanças dêsses povos insatisfeitos. Eis porque olham para o Brasil, procuram compreender nossa história e analisar o processo da nossa formação histórica. Acreditam que devido às nossas riquezas naturais seremos, mais dia menos dia, um grande país. Verificam ainda que o pacifismo, a tolerância, a compreensão marcam indelèvelmente nossa política externa".

12 — A realização dessa portentosa tarefa depende das DIRETRIZES PARA A VIDA NACIONAL a serem dadas no momento histórico que atravessamos. Lem-

bramos, entre outros princípios básicos, de que deverão resultar tais diretrizes, os seguintes:

I — COMUNIDADE LUSÍADA — Efetiva realização da Comunidade luso-brasileira prevista pelo Tratado de Amizade e Consulta entre o Brasil e Portugal. As comemorações do V.º Centenário da morte do Infante Dom Henrique vieram tornar bem vivos os sentimentos dessa Comunidade, à qual cumpre dar efetividade, quer no plano econômico, quer no plano cultural e mesmo no político.

II — PANAMERICANISMO E HISPANOAMERICANISMO — Política semelhante a ser posta em prática nas relações entre o Brasil e os povos hispânicos do continente. Se em relação aos Estados Unidos importa mantermos os nossos compromissos internacionais numa política de bons vizinhos e amigos, com os povos hispanoamericanos devemos fortalecer uma aliança fraternal baseada nas tradições comuns que nos unem. Nêsse sentido, no plano da Operação Pan-Americana, devemos formar um bloco unido e coeso, não permitindo dissensões que favoreçam o comunismo soviético, nem nos entregando ao capitalismo internacional, ao qual se acham vinculados muitos políticos e homens de influência no meio industrial e na vida bancária do Brasil.

III — POLÍTICA AFRO-ASIÁTICA — Intercâmbio mais estreito com os povos do continente negro e do Oriente Médio e Extremo Oriente, com a valiosa contribuição do elemento afro-brasileiro e dos descendentes de imigrantes daquelas regiões asiáticas. Incremento às relações econômicas, embaixadas culturais e esportivas.

IV — DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO — Política de desenvolvimento econômico com a ajuda norte-americana, dentro das diretrizes referentes ao panamericanismo e ao hispanoamericanismo, justificando-se tal ajuda pela nossa colaboração leal com os nossos aliados do norte do continente na defesa do hemisfério, em que é tão importante e mesmo decisiva a posição do Brasil. Cooperação econômica com a Itália, Espanha, França, Alemanha, Inglaterra e outras nações européias não sujeitas ao império soviético.

V — VALORIZAÇÃO ÉTICA E CULTURAL — Defesa e valorização de nossas tradições e do sentido cristão da Famlia, constituída pelo casamento indissolúvel. Vigilância para impedir a propagação do materialismo dissolvente, sobretudo nas escolas e nas universidades, e por todos os meios atingidos pela imprensa, o cinema, o rádio e a televisão.

2. A LIÇÃO DA ESPANHA

Artigo publicado em A GAZETA de 18 de julho de 1961, data de 25.º aniversário do levantamento nacional contra o comunismo na Espanha.

Em plena guerra revolucionária e ideológica, na qual a Rússia soviética dia a dia vai fazendo crescer a sua fôrça dominadora, ainda se fala e se acredita na coexistência pacífica. Estas duas palavras mágicas, como tantas outras que andam pelo ar, — "paz", "democracia", nacionalismo", — servem admiràvelmente aos desígnios das potências comunistas, cuja coerência e sagacidade contrasta de um modo patente com a estupidez do mundo capitalista.

A verdade é que as duas grandes fôrças em choque nesta guerra envolvente de todos os povos e deflagrada pelas armas da inteligência, da propaganda, das sugestões atuando até sôbre o inconsciente, — armas empregadas com requintes de perfeição pela tática soviética, — não são o capitalismo e o comunismo, a Rússia e os Estados Unidos, as democracias e as ditaduras. A luta é muito mais profunda, e renova em nossos dias a dialética da história, tal como expôs, no século V, o gênio de Santo Agostinho.

Temos diante de nós o permanente conflito entre as duas cidades, a cidade de Deus e a cidade terrena, alcançando agora proporções quase apocalíticas.

A civilização dita ocidental vem sofrendo, desde a época da Renascença e do protestantismo, um processo

de desvitalização da sua substância cultural mais profunda. Perdida a unidade espiritual da Cristandade e acolhidas, no seio dessa civilização, idéias antagônicas à própria essência da sua cultura, vimos o "perigo amarelo", denunciado por alguns pensadores do comêço dêste século, transformar-se numa ameaça de dominação não apenas racial, mas ideológica. É a ameaça que pesa hoje sôbre o Ocidente: um novo estilo de vida, uma nova metafísica, já imposta aos milhões de habitantes da Rússia e da China, propagada pelo resto do mundo, e em face de cujo impacto emocional os países democráticos se acham absolutamente desprovidos de defesa, se forem contar apenas com os seus próprios e fraquíssimos recursos espirituais.

Fora dêsse ambiente da coexistência pseudo-pacífica, tão favorável à propagação do comunismo, um dos poucos países ocidentais que tem sabido manter coerente linha de conduta diante da política soviética é a Espanha.

Não são para se admirar as vacilações e inconseqüências dos Estados liberais burguêses em face do totalitarismo vermelho. Seus regimes procedem do ideário da Revolução francêsa, que trazia no próprio seio os germes do socialismo e implantou o Estado leigo, de bases agnósticas. Por isso mesmo tal sistema político não tem uma ideologia capaz de oferecer resistência à dialética implacável do sistema comunista.

Ora, a Espanha tem sabido precisamente, através de tôda a história moderna, manter incólume, no sentimento mais profundo de suas populações, o apêgo aos ideais da Cristandade, repudiados pelo racionalismo do século XVIII, gerador do liberalismo democrático. Não foi outra a razão da resistência oposta às tropas napoleônicas na guerra da independência. Os espanhóis viam em Napoleão não apenas o invasor, inimigo da Pátria,

mas sobretudo o hereje, inimigo da fé, a propagar os ideais da Revolução pela Europa.

Tanto assim que aquelas mesmas populações, terrìvelmente aguerridas nas suas emboscadas contra os soldados francêses, abriam os braços para receber mais tarde o exército comandado pelo Duque de Angoulême, que atravessava os Pirineus para lhes prestar apôio na luta contra o centralismo liberal do govêrno de Madrid. As constituições do tipo da elaborada pelas Côrtes de Cadiz e as tentativas republicanas sempre encontraram da parte do povo espanhol oposição tenaz, chegando por vêzes à luta armada. Nem é outro o sentido das guerras carlistas.

Assim se explica o movimento deflagrado a 18 de julho e do qual resultou, após três anos de guerra civil, o esmagamento do comunismo na península ibérica.

A Espanha é a única nação do Ocidente que levou de vencida o comunismo em campo de batalha. Essa experiência, a um tempo trágica e gloriosa, bem lhe valeu para saber seguir, daí por diante, uma linha de política externa que contrasta com a desorientação geral dos Estados democráticos ocidentais em face da diabólica sabedoria soviética.

A guerra civil espanhola tem sido objeto dos mais tendenciosos comentários e das mais falsas interpretações. Sua história ainda está por se escrever, mas o fato é que, muito mais do que a experiência de comunistas e fascistas para a guerra a se desencadear mais tarde, ela representou uma reação das fôrças tradicionais daquela nação contra o comunismo imperante no govêrno republicano.

Se o falangismo, aliás hoje em retrocesso, veio, depois da guerra, deturpar o sentido autêntico dessa magnífica reação, é outro problema.

O que não se deve perder de vista é o objetivo essencial do movimento de 18 de julho, objetivo que estava em salvar a Espanha do comunismo, desmentindo assim a profecia de Trotzky, para quem aquela nação ibérica seria, depois da Rússia, a primeira a instaurar o regime bolchevista.

Quando os próprios agentes do govêrno de Madrid fizeram assassinar o líder da oposição parlamentar, Calvo Sotelo, foi dado o sinal para o *alzamiento*, e então os espanhóis mostraram mais uma vez que D. Quixote não é apenas um símbolo e que preferem morrer a viver sem honra.

Esta a grande lição da Espanha para um mundo que tem, com razão, horror à guerra, mas se acomoda covardemente num sistema de vilipendiosa coexistência pacífica que da paz só tem o nome.

ÍNDICE